

# III ENECULT

## TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Trabalho apresentado no III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

### UM ESTUDO DAS POLÍTICAS CULTURAIS PRATICADAS EM SANTA CATARINA (1987-2002)

Rafael Pereira Oliveira<sup>1</sup>  
Rosimeri Carvalho da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo analisamos as políticas culturais praticadas pelos governos do Estado de Santa Catarina entre 1987 e 2002 com o objetivo de identificar o conceito de cultura que as orienta e verificar qual a motivação que está na base do comportamento dos governos na formulação e implementação destas políticas. Os dados apresentados foram coletados de documentos e através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com gestores e funcionários que atuaram no período analisado. Na categoria “conceito de cultura”, observamos a presença de uma orientação nas dimensões antropológica ou sociológica. Na categoria “motivação”, foram observadas a presença dos seguintes comportamento: Democrático-pluralista, Liberal ou de Dirigismo-patrimonialista.

**Palavras-chave:** política; cultura; catarinense; gestão; pública.

#### Introdução

As mulheres e os homens se constituem e reconhecem enquanto grupos sociais a partir da troca de experiências, que são compartilhadas, transmitidas e percebidas de diferentes modos, através de práticas, chamadas culturais. Estas práticas, constituídas e constituintes de todas as relações humanas, refletem os valores, as crenças, as semelhanças e as diferenças de um grupo social.

A vida humana associada se organiza ao redor destas práticas, que assumem importância central no processo de desenvolvimento. Compreendê-las é fundamental para a construção de políticas públicas que busquem encarar a problemática do desenvolvimento nas suas dimensões social, econômica e humana.

Esta constatação tem requerido dos governos uma postura clara com relação ao planejamento de políticas públicas que considerem a cultura um elemento central e articulador das diretrizes de todos os setores, como o social e o econômico. Neste sentido, é fundamental pensar no papel das políticas culturais e na relação que o Estado, através de seus governos, estabelece com o campo da cultura.

Diversos autores (REIS, 2003; CESNIK; BELTRAME, 2005) reforçam a importância da transversalidade das ações culturais e de sua articulação com outras

---

<sup>1</sup> CPGA/UFSC – rafaelpo@uol.com.br

<sup>2</sup> CPGA/UFSC – rosimeri@cse.ufsc.br

políticas públicas, especialmente por ser o elemento integralizador de um povo. O ex-ministro da cultura Francisco Weffort (2000, p.59) chama a atenção para a necessidade da cultura e da educação serem “vistas como parte essencial de uma política de Estado”.

Diante da importância que emerge destas constatações, buscamos identificar como se estabelece a relação dos governos do Estado com a formulação e implantação de políticas culturais, usando como categorias de análise o conceito de cultura que orienta estas políticas e a motivação que está na base do comportamento predominante dos governos com relação a estas políticas.

Analisamos as políticas culturais praticadas pelos governos do Estado de Santa Catarina entre 1987 e 2002. Esta pesquisa utiliza parte dos dados de outra dos mesmos autores que visa compreender a relação das políticas com a configuração do campo dos museus catarinenses. Os dados aqui apresentados foram coletados dos planos de governo e de documentos produzidos pela Fundação Catarinense de Cultura. Também foram obtidos dados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com gestores e funcionários de instituições culturais públicas e privadas que atuaram no período analisado. A análise dos dados procurou identificar a coerência entre o discurso apresentado nos planos de governo e as políticas adotadas, buscando identificar qual o conceito de cultura que orientavam estas políticas e suas motivações.

### **Estado e Cultura**

Entendemos o Estado como “o poder político que se exerce de forma concentrada, autônoma e soberana sobre um povo e um território, através de um conjunto de instituições, um corpo de funcionários e de procedimentos regulamentados” (Fleury, 2001, p. 9). Além de ator (poder político institucionalizado), o Estado é também arena, um campo estratégico de luta, “no qual os diferentes atores se enfrentam e se reconstituem como sujeitos políticos” (FLEURY, 2001, p. 9).

Este ator-social chamado Estado é “uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo em que dela faz parte” (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 5). Seu relacionamento com esta sociedade se dá através da consecução de um sistema de decisões “que se traduz em ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a modificar ou manter a realidade de um ou vários setores da vida social, através da determinação de fins últimos, objetivos e estratégias de atuação”, ao que se denomina política pública (SARAVIA, 2001, p.66).

No campo da cultura, atua orientado pelas diretrizes de sua política cultural, que compreende um conjunto de iniciativas que visam “promover a produção, a distribuição

e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático” (COELHO, 2004, p. 293).

Para Canclini (1987 apud SARAVIA, 2001, p.66), política cultural é o resultado das intervenções realizadas pelo Estado “com a finalidade de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social”.

Chauí (1984) alerta para o fato de que é através da política cultural que a classe dominante dissemina, conserva e difunde a sua ideologia. Junto com a Indústria Cultural, totalmente determinada “pelo jogo do mercado e da competição”, a política cultural praticada pelo Estado, é um importante instrumento de sua legitimação e de perpetuação da ideologia dominante (CHAUÍ, 1984).

O modelo de Estado que temos hoje é forjado a partir dos anos 1980, quando surge na agenda internacional o tema da reforma do Estado, impulsionado pela crise financeira dos países mais desenvolvidos e pela crise política dos governos autoritários dos países em desenvolvimento, somadas ao desmantelamento dos estados socialistas. Entre as prioridades, a redução do tamanho do Estado, tornando-o mais ágil, flexível, eficiente e responsável perante a sociedade (FLEURY, 2001).

Duas posições estratégicas dominavam a discussão com relação à reforma do Estado: a dos neoliberais, “que defendem a redução do Estado ao mínimo, com sua substituição pelo mercado sempre que seja possível”, e a dos social-liberais “que defendem um Estado forte e ágil, que assegure os direitos sociais, ainda que por intermédio de organizações competitivas não-estatais” (FLEURY, 2001, p. 8).

No Brasil, a Constituição de 1988 forjou as bases para a construção de um Estado democrático que avançava no campo da participação popular e incorporação do valor da cidadania. No entanto, na década de 90 ocorreu forte pressão por reformas que atendessem ao projeto neoliberalizante instaurado no mundo capitalista, em face à crise mundial do modelo de Estado de bem estar social, capitaneada pela globalização dos mercados e da sociedade civil (FLEURY, 2001; ANDRADE; SILVA, 2006).

Em 1995 foi implementada uma reforma administrativa do Estado brasileiro com o objetivo de implantar o modelo gerencial, reduzindo seu tamanho e descentralizando suas ações como estratégias para aumentar sua eficiência. No entanto, na prática, a descentralização foi traduzida em desconcentração, delegando competências para o setor privado, para o “terceiro setor” e para os governos subnacionais, mas não garantindo a efetiva participação social, que foi

instrumentalizada e subjugada à lógica mercantil vigente. Surge uma nova relação entre Estado, mercado e sociedade civil, com o primeiro sendo moldado pelo segundo, ao invés do contrário (ANDRADE; SILVA, 2006).

É este Estado que precisa lidar com a problemática mundial de que a cultura é motor essencial do desenvolvimento e que traduz sua atuação através de políticas culturais.

### **O Conceito de Cultura**

Um dos pontos fundamentais na consecução de uma política cultural é a definição do conceito de cultura. A escolha de um conceito amplo contribuirá para que ela seja pensada para a inclusão das mais diversas manifestações, dos mais variados públicos e dos mais distintos produtores, ao contrário de um conceito que reforce a idéia restrita de “cultura que se limita às ações de grupos especializados em diversas formas de manifestação artística.” (OLIVIERI, 2004, p.51).

Diversas correntes procuraram definir cultura, com ênfase para as abordagens antropológica e a sociológica. Se na dimensão antropológica a cultura “é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando”, a dimensão sociológica é bem mais específica e está representada por uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão”, relacionando-se com “um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas” (BOTELHO, 2001, p.3).

Botelho (2001) chama a atenção para a delimitação da dimensão (antropológica ou sociológica) da cultura sob as quais as políticas públicas atuarão. “A distinção entre as duas dimensões é fundamental, pois tem determinado o tipo de investimento governamental em diversos países, alguns trabalhando com um conceito abrangente de cultura e outros delimitando o universo específico das artes como objeto de sua atuação” (BOTELHO, 2001, p. 3).

O universo da dimensão sociológica geralmente obtém maior atenção das políticas culturais, que acabam por deixar o plano antropológico relegado ao discurso. Isto se dá pelo fato de que a dimensão sociológica é composta por um circuito organizacional específico, mais visível e palpável, um universo institucionalizado que “é campo privilegiado pelas políticas culturais, já que possui uma visibilidade concreta” (BOTELHO, 2001, p. 6).

Já a dimensão antropológica da cultura, que envolve o plano do cotidiano, não pode ser atingida pelas políticas culturais de forma isolada, exigindo atuação efetiva da

sociedade que precisa se articular em torno de associações de tipos diversos. Além disto, estas políticas precisam delimitar claramente seu universo de atuação, “não querendo chamar a si a resolução de problemas que estão sob a responsabilidade de outros setores de governo”, mas participando, como articuladora de programas conjuntos, com os demais setores da máquina governamental (BOTELHO, 2001, p. 6).

A preocupação com a dimensão antropológica na consecução das políticas culturais públicas ganhou evidência, a partir da década de oitenta, nos enunciados das várias declarações e convenções elaboradas sob a coordenação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ao considerar a cultura pela ótica abrangente da antropologia, o relacionamento do Estado com a cultura passou a ser percebido como a expressão da própria relação entre o Estado e a sociedade.

A Conferência Mundial do México de 1982, que resulta na Recomendação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural partiu do pressuposto de que a cultura é motor essencial do desenvolvimento. Ao conceituar desenvolvimento como sendo um processo que vai além do crescimento econômico, estando fundado no desejo de cada sociedade de expressar sua profunda identidade, aproximou-o profundamente do conceito antropológico de cultura.

As discussões que permeiam os anos 1990 se caracterizaram, em termos de relação dos Estados com a cultura, pela “preocupação por preservar as identidades culturais, supostamente ameaçadas pelos processos de globalização” (SARAVIA, 2001, p. 61). Isto culmina com a aprovação, em 2005, da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, fruto do amadurecimento de um longo período de intensas discussões sobre cultura e desenvolvimento e da constatação de que no mundo globalizado há um comércio desigual de bens e serviços culturais.

Ao discorrer sobre os diferentes resultados produzidos pela globalização Woodward (2000, p.21) afirma que, se por um lado, esta pode levar a uma dissolução do sentido de comunidade e de cultura local, por outro produz uma resistência “que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.”

As conseqüências do processo de globalização nas sociedades do chamado terceiro mundo foram estudadas por Ruben Oliven (1992, p.134), que afirma que a tensão entre o local e o global, própria deste processo, nasce num cenário em que “[...] o conceito de estado-nação está sendo afetado pela compreensão do tempo e do espaço, na

medida em que a velocidade da informação e dos deslocamentos se intensifica e faz com que as mudanças se acelerem cada vez mais.”

Na era da economia transnacional, capitaneada por grandes corporações com o capital espalhado em diferentes nações, as novas tecnologias de comunicação fazem com que tomadas de decisão sejam agilizadas e que a distância não signifique mais uma barreira. Diante disto, observa-se a internacionalização de padrões de consumo e gosto, a mundialização das manifestações culturais e a criação de culturas híbridas (OLIVEN, 1992).

Diante desta problemática, Néstor Garcia Canclini (2005) afirma que as identidades se definem no consumo, naquilo que se possui ou naquilo que se deseja possuir. Ao focar a questão da globalização e suas conseqüências para a América Latina, destaca que, na transnacionalização neoliberal, a lógica do mercado reorganiza a produção e o consumo, de modo a converter as diferenças nacionais em desigualdades e obter maiores lucros.

Neste sentido, Reis (2003) afirma que um programa público eficiente de intervenções na área cultural pode contribuir com a consolidação da identidade de um povo na medida em que estimula o fortalecimento de suas raízes, promove o reconhecimento de novos grupos e dinâmicas culturais e estimula a comparação entre distintos povos, tornando-os capazes de identificarem sua própria individualidade.

Durand (2001) alerta para o fato de que a cultura não deve ser vista como um mero instrumento a serviço do desenvolvimento, pois antes de pensar as suas contribuições para outras áreas e na sua capacidade de ajudar na “busca de soluções de problemas que lhe são alheios”, é fundamental compreender a área cultural em suas dinâmicas internas (DURAND, 2001, p.72).

### **Motivações do Estado na Formulação e Implantação das Políticas Culturais**

Além de formulador, o Estado é responsável por implementar as políticas culturais, criando instrumentos que possibilitem a execução destas políticas e mantendo instituições culturais de caráter público e órgãos da administração (secretaria de cultura, conselho de cultura, comitês, fundações e institutos) (REIS, 2003).

Analisando diversos autores, observamos que os governos reproduzem certos padrões de comportamento baseados em determinadas motivações, identificados na formulação e implementação das políticas culturais. Estes padrões podem ser definidos em três categorias: Dirigismo-patrimonialista, Liberal ou Democrático-pluralista.

O primeiro comportamento, que chamaremos de Dirigismo-patrimonialista,

refere-se ao Estado que assume o papel de produtor cultural. Conforme afirma Chauí (1989), quando o Estado assume a produção da cultura, mesmo com o pretexto de estar promovendo-a e difundindo-a pela sociedade, corre o risco de querer transformar a criação em cultura oficial, tirando da sociedade a função de produzi-la.

O dirigismo cultural é praticado por “Estados fortes e partidos políticos que exercem o poder de modo incontestado”, resultam em ações culturais baseadas no interesse do desenvolvimento ou da segurança nacionais. Divide-se em “tradicionalismo patrimonialista”, que enxerga o espaço da cultura como espaço livre do conflito e tem no folclore o núcleo da identidade nacional; e “estatismo populista”, que procura “afirmar o papel central da cultura dita popular na definição e manutenção de um Estado de tipo nacional-popular” (COELHO, 2004, p. 299).

Estas políticas são patrimonialistas e nacionalistas, pois voltam-se para a “preservação, o fomento e a difusão de tradições culturais supostamente autóctones ou, em todo caso, antigas ou, ainda, ligadas às origens do país (patrimônio histórico e artístico), e diz respeito em princípio tanto ao acervo da história dos grupos dirigentes quanto às tradições e costumes das classes populares.” Ou seja, tendem “a privilegiar aquelas formas culturais consideradas autóctones, sejam de extração popular ou erudita” (COELHO, 2004, p. 296).

O segundo comportamento adotado pelo Estado é o que denominaremos Liberal. Nele, o Estado opera como agenciador, isentando-se totalmente do processo em prol do mercado, repetindo a lógica da sociedade de consumo. Neste caso, obedece à racionalidade do mercado cultural, adotando os padrões do consumo e da mídia, “da consagração daquilo que já está consagrado” (CHAUÍ, 1989).

As políticas de liberalismo cultural “afirmam não defender modelos únicos de representação simbólica, nem entendem, necessariamente, que é dever do Estado promover a cultura e oferecer opções culturais à população.” São políticas sem preocupações nacionalistas e que têm no mecenato privado seu principal instrumento. (COELHO, 2004, p. 299).

O terceiro tipo é o do Estado Democrático-pluralista, que desenvolve políticas com uma orientação aberta às manifestações culturais mais variadas, baseadas “no princípio de que a cultura é uma força social de interesse coletivo que não pode ficar à mercê das disposições ocasionais do mercado [...]. Não privilegia modelos previamente determinados [...] e tem no Estado e em suas instituições culturais públicas e semipúblicas seus principais agentes.” (COELHO, 2004, p. 299).

Ao aceitar a existência de uma sociedade com diferentes expressões culturais, o Estado democrático-pluralista assume como pressupostos básicos o respeito e a preservação da diversidade cultural. Além disto, buscar dar garantias ao maior número de pessoas para que possam participar do processo como criadores e terem acesso facilitado ao que foi criado (COELHO, 2004).

Democratizar significa, então, dar condições para o sujeito entrar em contato com o maior número possível de manifestações ou ser participante efetivo da construção de seu modo cultural. Neste caso, cabe ao Estado garantir a estrutura para que este processo ocorra, possibilitando o livre espaço de expressão de todos, facilitando o acesso financeiro e físico, assim como ampliando e equipando os aparelhos culturais (MIRANDA, 2003). É algo próximo do que Marilena Chauí (1989) chama de Política de cidadania cultural, que pressupõe garantir ao cidadão “[...] o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, o direito de criar as obras, de produzi-las, e o direito de participar das decisões sobre as políticas culturais”.

No entanto, Coelho (2004) alerta para uma preocupação com a democratização da cultura, quando esta remeter à popularização das chamadas artes eruditas, pressupondo que exista um segmento da população que deseja ter acesso a determinados modos culturais (artes plásticas, ópera, música erudita, etc.). Este processo pode ter interesses meramente mercadológicos, quando o foco estiver restrito a ampliar o número de consumidores culturais, espectadores, freqüentadores, leitores ou ouvintes.

José Álvaro Moisés, secretário nacional do audiovisual do governo FHC, em defesa da criação de mecanismos públicos e programas permanentes de fomento às atividades culturais, afirma que ao Estado não cabe “[...] produzir cultura e menos ainda dirigir a sua criação, mas cumpre-lhe estimular sua produção, distribuição e consumo, valorizando a cultura e as artes como fatores fundamentais da formação da auto-estima e da confiança dos cidadãos em seu país” (MOISÉS, 2001, p.14).

### **As Políticas Culturais Praticadas em Santa Catarina (1987-2002)**

A seguir, apresentamos a análise das quatro gestões que ocorreram no período definido, considerando os conceitos de cultura que orientaram suas políticas culturais e as motivações que estavam na base de suas formulações e implantações.

#### ***A gestão Pedro Ivo Campo/ Casildo Maldaner (1987-1990)***

A vitória do PMDB na segunda eleição direta após o regime militar marcou a ruptura em Santa Catarina com o domínio das oligarquias que se revezavam no poder,

monopolizado pela competição política entre os Ramos e os Konder-Bornhausen (BORBA, 2003).

O seu Plano de governo prioriza a participação popular como um mecanismo eficaz à disposição do Estado moderno e descentralizado e defende a obrigação do governo em criar oportunidades e condições para que os indivíduos assumam sua parcela de responsabilidade nas decisões. Para o setor cultural, defende o papel do governo como facilitador da preservação e difusão do acervo cultural da sociedade, além de promotor e estimulador da produção e do desenvolvimento da cultura, portanto próximo do sentido democratizante que Chauí (1989) e Miranda (2003) entendem ser papel do Estado: aquele que dá condições estruturais garantindo o livre espaço de expressão.

O Plano define cultura como compreendendo “as crenças, costumes, objetos, instituições, conhecimentos e técnicas, que caracterizam a vida de uma comunidade” (CAMPOS; MALDANER, 1986, p. 27) e critica as políticas anteriores por terem dado muita ênfase “aquele segmento que congrega as manifestações artísticas” (CAMPOS; MALDANER, 1986, p. 28), ou seja, ressalta a dimensão antropológica da cultura em contraposição à sociológica.

Divide o setor cultural em quatro eixos: Produção, Difusão, Consumo e Administração. O eixo da produção aparece como o fomentador do desenvolvimento de produtos culturais que contemplem a identidade cultural catarinense, composta da “diversidade e pluralidade das manifestações vivas e presentes no seu território” (CAMPOS; MALDANER, 1986, p. 31). Esta perspectiva heterogênea denota uma orientação pluralista (COELHO, 2004), aberta às manifestações mais variadas.

Em contradição com a proposta democratizante apresentada no eixo anterior, o eixo do “consumo” foca-se na expansão de um mercado consumidor de bens culturais. Nele, a fruição cultural é tratada sob a ótica do consumo. Entre as metas propostas, o desenvolvimento de “ações que induzam a população a se interessar pelas manifestações culturais, seja como forma de lazer intelectual, seja como meio de elevação dos seus índices de qualidade de vida” (CAMPOS; MALDANER, 1986, p. 33).

No entanto, diversas ações realizadas neste período reforçam o caráter democratizante e participativo desta gestão, como a realização de encontros regionais de cultura e a efetivação, estimulada pela política nacional, do Sistema Estadual de Museus (SEM).

Aliás, parece existir uma grande influência da esfera federal na política cultural catarinense, talvez motivada pela criação do Ministério da Cultura, em 1985, que começou a estabelecer diretrizes próprias para esta área, e pela afinidade partidária entre o Estado e o governo Federal (que também era governado pelo PMDB).

Diante do exposto, entendemos que o comportamento do Estado na formulação e execução das políticas culturais, neste período, esteve mais próximo do tipo Democrático-pluralista, apesar de que na formulação do Plano apresenta contradição no eixo Consumo, quando parece orientar-se por uma lógica mais próxima do Estado Liberal.

#### *A Gestão Vilson Kleinübing/ Antônio Carlos Konder Reis (1991-1994)*

A eleição de Vilson Kleinübing (PFL), coligado ao PDS, marca a volta das oligarquias comandadas pelas famílias Konder e Bornhausen ao poder estadual.

Kleinübing assumiu o governo “fortemente inspirado pela onda neoliberal iniciada por Collor” (BORBA, 2003, p. 69). As metas e diretrizes do governo foram lançadas no Plano SIM, que tinha como prioridades a Saúde, a Instrução e a Moradia (KLEINÜBING; KONDER-REIS, 1991).

Em consonância com a ideologia neoliberal, o Plano baseia-se na premissa de que a cultura deve ser útil às estratégias de desenvolvimento econômico. Para tanto, a Cultura é definida na sua dimensão sociológica, como se pode verificar a seguir:

Dá-se ao termo Cultura, no caso, abrangência suficiente para incluir: a música, a literatura, as artes plásticas, o patrimônio histórico (museus, monumentos, edificações, sítios arqueológicos), as artes cênicas (teatro, circo, dança) e as artes visuais (cinema, televisão, fotografia) (KLEINÜBING; KONDER-REIS, 1991, p. 6-10).

A partir daí o Plano apóia-se numa série de exemplos internacionais que comprovam “que as artes desencadeiam o desenvolvimento econômico, estimulam projetos de imóveis comerciais e residenciais, incentivam o turismo e atraem novas empresas” (KLEINÜBING; KONDER-REIS, 1991, p. 6-11) e ressalta a Oktoberfest como “extraordinária iniciativa” em Santa Catarina que alia cultura, turismo e desenvolvimento econômico.

Até aqui podemos afirmar que se trata de um comportamento Liberal, o que é reforçado pelo caráter instrumental dado à cultura, que fica bem visível quando observa-se que as ações governamentais no setor devem promover a aproximação e integração dos catarinense, projetar a imagem do Estado nos cenários nacional e internacional e servir de suporte para as atividades econômicas no campo do turismo.

E é neste último ponto que se concentram as principais ações do período na área da cultura. Elaborado e executado pela Diretoria de Patrimônio da Fundação Catarinense de Cultura, o “Programa de Turismo Cultural” foi responsável pelo mapeamento dos elementos arquitetônicos mais notáveis de diversos municípios e localidades com o objetivo de selecionar os bens a serem protegidos e pela criação de roteiros culturais a partir das rotas migratórias.

Apesar da questão do tombamento ser, desde 1986, lei que diz caber ao Estado definir o seu patrimônio e legislar sobre ele, até este momento era tratada com pouca ênfase. No entanto, a busca por reforçar a imagem de Santa Catarina como um Estado de imigração européia e a política de turismo deste governo, deram à Diretoria de Patrimônio condições para atuar mais fortemente neste sentido.

No entanto, é perceptível que neste processo, o patrimônio acabou sendo tratado como material de venda da imagem do Estado, reforçando um discurso europeizante que contribuía tanto com o turismo, quanto com a divulgação da existência de mão de obra qualificada e alta qualidade de vida para atrair novas indústrias.

Ou seja, apesar da aparente preocupação patrimonialista, ainda aqui se verifica o forte comportamento Liberal do Estado na formulação e implementação das políticas culturais.

#### ***A Gestão Paulo Afonso Vieira/ José Augusto Hülse (1995-1998)***

A ruptura da aliança de direita que garantiu a eleição anterior permitiu que o PMDB alcançasse novamente o poder, desta vez com o apoio do PFL.

O Plano deste governo defende a implantação de uma administração mais “eficiente e eficaz”, através de ações que busquem “parcerias com o objetivo de mobilizar as energias existentes na sociedade, por meio das associações de bairros, sindicatos, prefeituras, imprensa, iniciativa privada, entidades beneficentes, entre outras” (DARIO, 2004, p. 62).

Entre as estratégias sugeridas, a busca de parceiros na iniciativa privada no âmbito do marketing institucional, via patrocínio. No entanto, segundo Goularti Filho (2005), o governo Paulo Afonso, apesar de estar inserido no contexto de um projeto neoliberal, “fundado na abertura econômica, nas privatizações, no ajuste fiscal e na precarização das condições sociais – [...] conseguiu, de certa forma, barrar o rolo compressor privatista, tanto que fez mais investimentos em energia e telefonia que o governo anterior” (GOULARTI FILHO, 2005, p. 645).

No âmbito da cultura, o Plano traz como diretriz a implantação do Sistema Estadual de Cultura, com o objetivo de preservar, incentivar, valorizar e divulgar a cultura catarinense. O primeiro passo foi o lançamento do projeto “Cultura Viva”, que envolveu uma série de ações que objetivavam a formação do Sistema e traziam a cultura para o centro das ações em prol da “cidadania e do desenvolvimento da qualidade de vida” (SECCOM, 1995).

Entre as ações, a criação de editais que financiavam todas os setores da cultura, buscando atender, sem clientelismo, a diversidade de práticas artísticas e de manifestações culturais do Estado. Foi neste período que foi criada a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, que previa financiamento direto a fundo perdido e também através da parceria com contribuintes que se beneficiam do abatimento dos impostos.

A análise das ações realizadas pelo projeto “Cultura Viva” permitem perceber a adoção de um conceito bastante amplo de cultura, que inclui diversas manifestações,, variados públicos e distintos produtores, como indica Olivieri (2004). A partir deste projeto observa-se um comportamento do Estado mais próximo do Democrático-pluralista, especialmente pela orientação aberta às manifestações mais variadas e pelo desenvolvimento de sistemas de financiamento que abarcassem a diversidade de práticas culturais. No entanto, observamos que as artes mais consagradas parecem ter tido maior apoio do que as manifestações mais populares, assim como é pouco presente a realização de ações que garantissem o direito de participação das decisões.

#### ***A Gestão Esperidião Amin/ Paulo Roberto Bauer (1999-2002)***

Amin, do PPB, ganha a eleição com facilidade, embalado pelo quadro de baixa popularidade do governo anterior e pela coligação com o PFL.

Assumindo o governo pela segunda vez, o governador retoma o discurso de preservar o modelo catarinense, que, segundo o Plano de governo, “[...] reflete a nossa forma de ser, de pensar, de viver, de prosperar”, já que se baseia em características peculiares como a distribuição da população, a diversidade da economia, a pequena propriedade agrícola, os valores culturais e o patrimônio ambiental (SANTA CATARINA, 1999, p. 4).

O projeto cultural deste governo baseou-se no compromisso de preservar a identidade cultural catarinense. Ao analisar o Plano, observamos que a identidade cultural que se pretende preservar está relacionada com as “diferentes ilhas culturais” existentes em Santa Catarina “resultantes do processo de ocupação do respectivo território”. E que ao Estado cabe incentivar as manifestações dos grupos culturais

representativos daquele segmento. Ou seja, ao dar ênfase aos grupos sociais formados pelo processo de ocupação territorial o compromisso restringe a identidade cultural do catarinense às etnias formadoras dos povos, excluindo a possibilidade de construções mais relacionais e fragmentadas, portanto, mais adequadas ao sujeito contemporâneo, conforme refere-se Woodward (2000).

A ênfase no resgate de tradições e do folclore, presentes em diversos projetos realizados pelo governo neste período refletem traços de uma política patrimonialista. Diversos materiais educativos e turísticos lançados pelo governo reforçavam a presença de dezessete grupos étnicos formadores do povo catarinense e dão a base para um dos projetos de maior destaque, que foi a Festa das Etnias, que segundo declaração na imprensa do vice-governador, tinha entre os objetivos “contribuir para a afirmação da verdadeira ‘gente catarina’ que somos e seremos cada vez mais” (BAUER, 2000).

O esforço por definir “quem é o catarinense” já era evidente na política cultural do primeiro mandato de Amin (1983-1987), que tinha como prioridade “os pequenos” e que priorizou resgatar a memória do Homem do Contestado, identificado como o “homem típico que existiu e foi destruído, tanto física quanto culturalmente” (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 1987, p. 139). O resgate da memória do Homem do Contestado tornou-se uma prioridade do governador Amin também neste mandato, que fica evidente na viabilização de filmes, livros e outros produtos que recuperassem esta história.

Ao analisar este comportamento, encontramos traços de um Dirigismo-patrimonialista, evidenciado numa atitude personalista do governo e na centralização das decisões no gabinete do governador. Também se faz presente na promoção do folclore e da tradição popular como núcleo da identidade estadual.

No entanto, este comportamento entre em choque com o sistema de incentivo à cultura que havia sido criado no governo anterior, mas somente implantado neste, e que possibilitava a injeção de recursos muito superiores aos que vinham sendo colocados no setor até então. Este sistema, quebrava com a lógica paternalista que marcava esta gestão, evidenciando uma contradição que marcou o governo na área da cultura, que comportou-se entre o “dirigismo-patrimonialista” e o “liberalismo”.

A tabela 1, a seguir, resume as categorias analisadas nas quatro gestões.

**Tabela 1: Características das políticas culturais**

<b>Governo</b>	<b>Dimensão do conceito de cultura</b>	<b>Comportamento predominante</b>
Pedro Ivo/ Maldaner (1987/1990)	Antropológica	Democrático-pluralista

Kleinübing/ Konder Reis (1991/1994)	Sociológica	Liberal
Paulo Afonso/ Hülse (1995/1998)	Antropológica-sociológica	Democrático-pluralista
Amin/ Bauer (1999/2002)	Antropológica restrita	Dirigismo-patrimonialista

Fonte: dados primários

### **Considerações finais**

Observamos que em quatro mandatos governamentais é perceptível a descontinuidade de ações na área da cultura, o que se evidencia na ruptura de lógicas, orientações e comportamentos a cada período. Esta foi uma característica dos governos catarinenses até o ano de 2006, quando pela primeira vez na história recente das eleições governamentais catarinenses houve uma reeleição e, conseqüentemente, pela primeira vez, a continuidade de um projeto de governo.

Com relação ao comportamento predominante na formulação e implantação das políticas culturais, constatamos que a motivação democrático-pluralista aparece nos governos em que os partidos mais orientados pela ideologia de centro-esquerda (PMDB) e que a dimensão antropológica prevalece neste tipo de comportamento, sendo que no governo Paulo Afonso, observamos a definição de um conceito que abarque as questões antropológicas e sociológicas. Chauí (1984) alerta para a importância de uma política cultural saber lidar com ambas as dimensões.

Já os governos com orientações mais de centro-direita apresentaram comportamentos opostos. Um, bem orientado pelo ideário neoliberal, com uma postura em relação à cultura mais instrumental e vinculada ao seu potencial econômico e outro, mais voltado ao patrimonialismo-nacionalista. Este último não apresenta clareza na definição de um conceito de cultura, uma vez que, se por um lado, baseia-se na sua dimensão antropológica, ao reivindicar a legalidade das identidades étnicas, por outro desconsidera, na prática, a amplitude que esta dimensão exige no trato desta questão, limitando-se a “um circuito organizacional específico, mais visível e palpável”, como afirma Botelho (2001, p. 6).

### **Referências**

- ANDRADE, Jackeline Amantino; SILVA, Ana B. N. Política cultural apropriada pela sociedade: o Sistema Nacional de Cultura como Rede Interorganizacional. IV ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2006, Porto Alegre. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.
- BAUER, Paulo. Festejando as etnias. **Jornal A Notícia**, Joinville, 27 abr. 2000.

- BORBA, Julian. Eleições em Santa Catarina: história e perspectiva. In: HASS, Mônica (org.). **Partidos, eleições e voto**. Chapecó: Argos, 2003. p.61-80.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo Perspec. vol.15 no.2 São Paulo Apr./June 2001.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, aparelho do Estado e sociedade civil. Brasília: ENAP, 1995.
- CAMPOS, Pedro Ivo; MALDANER, Casildo. **Rumo à nova sociedade catarinense: plano de governo – março/87 – março/91**. 4º Caderno. Florianópolis, 1986.
- CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 5ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2005.
- CESNIK, Fábio de Sá; BELTRAME, Priscila Akemi. **Globalização da Cultura**. Barueri, SP: Manole, 2005.
- CHAUÍ, Marilena et al. **Política cultural**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- CHAUÍ, Marilena. Cultuar ou cultivar. **Revista Teoria e Debate**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, no. 08, out/nov/dez 1989. Disponível em: <[http://www.fpa.org.br/td/td08/td08\\_cultura.htm](http://www.fpa.org.br/td/td08/td08_cultura.htm)>. Acesso em: 01 ago 2005.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural. Cultura e imaginário**. 3ª. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- DARIO, Evanir. **Proposta de rearranjo das práticas de gestão pública para o novo sistema de descentralização administrativa de Santa Catarina atuar como regiões em aprendizagem**. 2004. 187 f. Tese (Doutorado), UFSC, Florianópolis, 2004.
- DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em Perspectiva**, 15(2), 2001. 66-72.
- FLEURY, Sonia. Reforma del Estado. **RAP** Rio de Janeiro 35(5): 7-78, Set/Out. 2001.
- GOULARTI FILHO, Alcides. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1995 a 2002. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p.627-660, jul. 2005.
- KLEINÜBING, Vilson; KONDER-REIS, Antônio Carlos. **Plano SIM: para viver melhor em Santa Catarina**. Florianópolis, 1991.
- MIRANDA, Danilo Santos de. Democratizar a cultura, democratizar as culturas. In: BRANT, Leonardo (Org.). **Políticas culturais**. Vol.1. Barueri, SP: Manole, 2003.
- MOISÉS, José Álvaro. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. In: MOISÉS, J. A. et al. Cultura e democracia. Rio de Janeiro: Ed. Fundo Nacional de Cultura, 2001.
- OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- OLIVIERI, Cristiane G. **Cultura neoliberal**. São Paulo: Escrituras, 2004.
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing Cultural e Financiamento da Cultura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2003.
- SANTA CATARINA.; Governador (1999-2002 : Esperidião Amin Helou Filho). **Santa Catarina : Estado vencedor** : plano de governo. Florianópolis, 1999.
- SARAVIA, Enrique. Política e estrutura institucional do setor cultural na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. In: MOISÉS, J. A. et al. **Cultura e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo Nacional de Cultura, 2001. p.57-108.

SECCOM. **Programa de implementação do SEC: Cultura Viva.** Florianópolis, 1995.

WEFFORT, Francisco C. **A cultura e as revoluções da modernização.** Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: Silva, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, Vozes, 2000. pp. 7-72.